

# Ilha do Governador: Considerações acerca de seu Processo de Ocupação\*

*Paulo Roberto Russo\*\**

O presente artigo é a síntese das considerações obtidas no decorrer de praticamente três anos e meio de pesquisa como bolsista do Programa Especial de Treinamento da Fundação CAPES (PET/CAPES), que mantém um grupo em pleno funcionamento no Departamento de Geografia desta universidade. É fruto não somente de um grande esforço pessoal em produzir um trabalho acadêmico-científico de qualidade, mas também resultado do cumprimento de vários aspectos da filosofia desse Programa relacionados, principalmente, ao desenvolvimento de um processo de aprendizado coletivo, cujos conhecimentos gerados serviram de subsídio para o melhor entendimento dos diversos elementos analisados no desenrolar da pesquisa.

Este trabalho tem o objetivo de retratar as transformações ocasionadas no meio durante o processo de ocupação humana e crescimento da malha urbana em um dado local da região da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, em que fosse possível constatar a presença do maior número de processos antrópicos modificadores do ambiente ao longo de sua história de ocupação. Desse modo, o referido estudo utilizou como linha metodológica a análise histórica do processo de ocupação humana do local selecionado, montando sempre um paralelo com as modificações sofridas na paisagem.

Portanto, foi definida como área de estudo a Ilha do Governador, a única dentro do panorama da Baía de Guanabara capaz de suportar uma grande população, sendo que tal fato vem ocasi-

onando uma série de mudanças, principalmente na morfologia do local. Vale salientar que os processos de transformação da paisagem na Ilha do Governador são reflexos dos que ocorreram e ainda estão em andamento em toda a região compreendida pela bacia hidrográfica da Baía de Guanabara. Tais processos, muitas vezes de caráter radical, promovidos por modelos de desenvolvimento que sucederam o período da colonização, inicialmente o agrícola-exportador e em seguida o urbano-industrial, todos subordinados aos interesses do capital internacional, marcaram profundamente tanto o cenário físico quanto o humano dos 4.600 km<sup>2</sup> da bacia drenante da Baía de Guanabara.

Enfim, este trabalho realizou um balanço histórico das modificações no meio na Ilha do Governador, tentando sempre relacionar tal ação antrópica sobre o ambiente, com as reais causas que a promoveram, que são as questões sócio-econômicas.

## LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Ilha do Governador faz parte de um grupo de ilhas (aproximadamente 100) da Baía de Guanabara, das quais é a mais extensa, com área equivalente a cerca de 40 km<sup>2</sup>. Esta dimensão atribuída atualmente à Ilha do Governador veio a comprovar a idéia de que mesmo depois da construção dos aeroportos esta continua a "crescer" via aterros, deixando completamente desatualizada a dimensão adotada até então por todos os órgãos públicos, estabelecida pelo Proje-

\* Trabalho de pesquisa desenvolvido no grupo PET/GEO/UERJ (1995-1997).

\*\* Bacharel em Geografia pela UERJ. Mestrando em Geografia na UFRJ.

to de Estruturação Urbana (PEU) de 1979, realizado pela Secretaria de Planejamento durante a administração do governador Chagas Freitas, como sendo de 33,53 km<sup>2</sup>.

A Ilha do Governador está localizada entre os paralelos de 22°46'13" e 22°50'04" Sul e os meridianos de 43°09'27" e 43°16'17" a Oeste de Greenwich. Em termos administrativos, a Ilha do Governador compreende a XX Região Administrativa (XX R.A.) do município do Rio de Janeiro, que, por sua vez, é um dos que compõem a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Nesta estão contidos os seguintes bairros: Ribeira, Zumbi, Cacuaia, Pitangueiras, Praia da Bandeira, Cocotá, Bancários, Freguesia, Jardim Guanabara, Jardim Carioca, Tauá, Moneró, Portuguesa e Galeão. A Ilha do Governador era um bairro do município do Rio de Janeiro até a entrada em vigor do Decreto Municipal nº 3.157, de 23 de junho de 1981, que fez com que esta deixasse de ser entendida como tal, passando somente à condição de acidente

geográfico. Suas unidades passaram, a partir de então, a se integrar sob a forma de bairros do município do Rio de Janeiro.

## BREVE HISTÓRICO DE SUA OCUPAÇÃO INICIAL

A história da ocupação da Ilha do Governador pelos colonizadores europeus teve início a partir do seu descobrimento por estes, cujo mérito está dividido entre os expedicionários portugueses André Gonçalves, em 1501, e Nuno Manuel, que teria chegado à ilha em 1502.

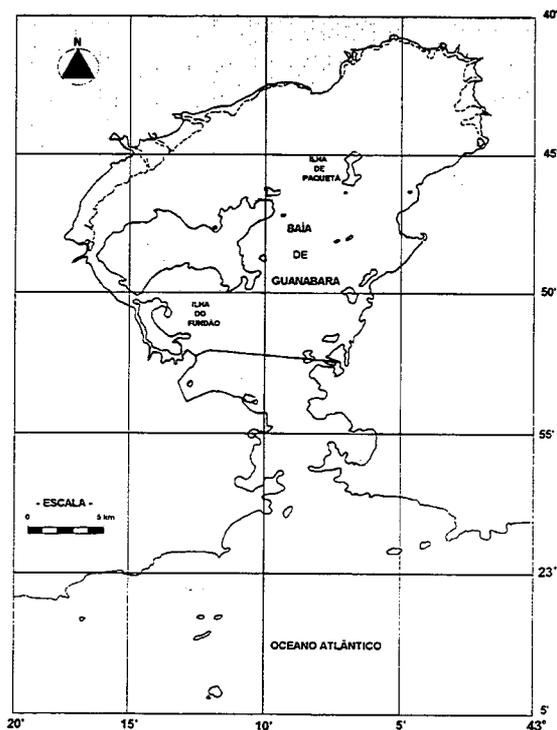
No entanto, antes da ilha ser ocupada pelos colonizadores, esta servia de residência para os índios Temininós, que a denominavam de Ilha de Maracajá.

Em 1555, com a chegada dos franceses ao Rio de Janeiro, sob o comando de Villegagnon, com a pretensão de fundar a França Antártica, estes aliaram-se aos índios Tamoios, que haviam combatido e vencido os Temininós, expulsando-os e passando a se fixar na ilha, onde se estabeleceram em cinco aldeias principais (IPANEMA, 1993). Durante o período em que os franceses permaneceram no Rio de Janeiro, a ilha foi transformada em ponto de luta entre estes e os portugueses.

No ano de 1567, com a vitória dos portugueses sobre os franceses e seus aliados Tamoios, a ilha passou a ser ocupada pelos primeiros, sendo que em 1570, passou a se chamar Ilha do Governador, em referência a Salvador Corrêa de Sá, donatário de metade da ilha e primeiro governador da Capitania de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Até o final do século XVI, a Ilha do Governador esteve integrada, com seus sete engenhos, na cultura de cana e produção de açúcar, que dominou com vigor todo o Rio de Janeiro. A produção de açúcar destinado à exportação foi a primeira atividade econômica de importância da Ilha do Governador, sendo cultivados também outros gêneros agrícolas, com o objetivo de manter a subsistência da então pequena população insulana.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO:



Fonte: Adaptação da carta Baía de Guanabara da Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil - jul/73.

Em 1710, a Ilha do Governador tornou-se sede da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, tendo sido instaladas diversas igrejas basicamente ao longo das áreas próximas ao litoral das porções Leste e Central, pontos onde surgiram os núcleos iniciais das primeiras localidades.

Com o passar dos anos, a Ilha do Governador fora dividida em seis grandes fazendas, começando, portanto, a ser povoada tanto para o desenvolvimento da lavoura quanto por ser um recanto atraente e bucólico.

### **A QUESTÃO DA COMUNICAÇÃO DA ILHA DO GOVERNADOR COM O CONTINENTE**

Dentre os marcos de grande importância no desenvolvimento da Ilha do Governador está a construção da ponte de atracação do Jardim Guanabara, cujas obras iniciaram-se no ano de 1922. Com esta pronta, começou a entrar em funcionamento o transporte regular de pessoas e mercadorias, através de barcas que faziam inicialmente o percurso entre a ilha e o continente. Outro aspecto que também beneficiou a população da Ilha do Governador antes de meados do século XX se refere ao fato de que a Companhia de Melhoramentos inaugurou a linha de bondes ligando os bairros desde a Ribeira (neste local também foi construída uma ponte de atracação de barcas, que passou a ser a de maior importância da ilha, estando, até hoje, em funcionamento) até o Cocotá, que em 1935 foi estendida até a área do Bananal (nordeste do bairro da Freguesia), facilitando assim o acesso dos moradores através daquele que era, até então, o único meio de comunicação, em termos de transporte, para fora da ilha..

Foi a partir da metade deste século que a Ilha do Governador adquiriu um progresso populacional e urbano de forma até imprevisível, sendo que o marco deste crescimento da população foi a inauguração da primeira ponte que a ligou

ao continente, cuja construção foi realizada pela Diretoria de Engenharia do Ministério da Aeronáutica, como uma iniciativa do prefeito do então Distrito Federal, Ângelo Mendes de Moraes e do Ministro da Aeronáutica, Armano Trompowsk, tendo sido inaugurada em janeiro de 1949.

Anos após a inauguração da primeira ponte, esta se tornou extremamente congestionada por veículos, o que demonstra a movimentação que veio a ocorrer na Ilha do Governador, fato este que motivou as autoridades públicas a construir uma nova ponte, em meados da década de 1980, justamente com a intenção de aliviar o intenso tráfego.

Com o término da construção da Linha Vermelha na década de 1990, os moradores da ilha passaram a ter uma via de acesso mais rápida ao centro da cidade e, posteriormente, a outros pontos, como o município de Duque de Caxias. Apesar dessa via ter reduzido significativamente o tempo de deslocamento de boa parte dos moradores, em determinados momentos esta se apresenta com retenções devido ao intenso fluxo, mostrando, assim, às autoridades, que talvez seja necessário repensar os esquemas de circulação do trânsito para a ilha.

Vale salientar que o transporte através de barcas ainda existe na Ilha do Governador. Porém, mesmo existindo uma rota para o centro da cidade, estas são subtilizadas em favorecimento das linhas de ônibus, sendo este fato consequência de um mau atendimento deste serviço, de responsabilidade do poder público estadual, expresso principalmente pela escassez de embarcações e a irregularidade dos horários, não inspirando confiança na população insulana. Tal situação demonstra uma certa ligação do poder público com o capital privado, pois até o presente momento, não se verifica nenhuma intenção real de melhorar este serviço, deixando a população dependente essencialmente das linhas de ônibus.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE OS AMBIENTES DA ILHA E SUA RELEVÂNCIA NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO

Para melhor compreensão do processo de ocupação humana na Ilha do Governador, serão levantadas agora determinadas questões referentes às facilidades e dificuldades impostas pelas condições naturais encontradas nesta área.

Em termos morfológicos, a Ilha do Governador apresenta, de modo bem resumido, três aspectos característicos: as colinas, o litoral que não sofreu alteração devido aos aterros e às áreas que passaram por tal intervenção. Tais ações modificadoras da paisagem se apresentam principalmente na mudança do contorno da ilha, demonstrando o quanto determinados ambientes que predominavam no local representavam um problema para a fixação humana, nos moldes de uma cultura "ocidental", pois torna-se válido lembrar que a ilha já fora habitada por populações indígenas que viviam em harmonia com a natureza. No entanto, assim como na história do recôncavo da Baía de Guanabara, a natureza foi vista como "um obstáculo a ser vencido", dando início a uma série de ações que propiciaram o espraio da população com suas atividades econômicas e o empobrecimento ecológico da região.

As colinas predominam na parte central da ilha, estendendo-se a Leste até junto às praias. Tais colinas constituem níveis de altitude moderados e se apresentam de modo geral com encostas suaves. Aparentemente, tratam-se unicamente de camadas sedimentares. Entretanto, as rochas que entram em sua constituição são diversas, tais como granitos e gnaisses bastante decompostos e rochas sedimentares estratificadas. Tais litologias dão formas de relevo bastante diferentes. As colinas de granito caracterizam-se por uma camada de decomposição menos espessa, com encostas ligeiramente mais abruptas, podendo isto ser observado nas colinas da porção nordeste da ilha. No entanto, as colinas cons-

tituídas por gnaisses (biotita gnaisse), que representam praticamente quase todos os complexos colinosos da Ilha do Governador, possuem uma camada de decomposição mais profunda. Como conseqüência, as encostas apresentam-se com formas mais suaves. Inicialmente, esta porção central não representava uma área interessante a ser ocupada, tendo sido dada preferência para as áreas mais planas, como será comentado adiante. Somente no século XX é que as colinas passaram a ser alvo do processo de expansão da malha urbana. Vale salientar que, ao contrário de outras intervenções no ambiente da Cidade do Rio de Janeiro, estas colinas não sofreram desmonte ou cortes e foram ocupadas seguindo um desenho urbano baseado no padrão das "cidades jardins", onde são aproveitadas as condições apresentadas pelo meio, como pode ser constatado na disposição dos loteamentos e arruamentos, que acompanham a geometria das curvas de nível, causando um impacto a determinadas características apresentadas pelo ambiente, como por exemplo, a manutenção da circulação das correntes de vento, diferentemente do que ocorreria se o ambiente tivesse sofrido ações mais fortes, como cortes e aberturas de arruamentos que forçassem alterações mais drásticas na configuração do local. Deve-se frisar que não se está dizendo que as alterações deste trecho da ilha, decorrentes de sua urbanização, não foram significativas, pois a construção de edificações, o asfaltamento e o calçamento do solo alteraram a dinâmica dos processos naturais que ali atuavam. Estas e outras intervenções mudaram, sem dúvida, as características ambientais do local; o que se discute é a forma específica assumida por tais processos na ilha como um todo. Isso se deve à própria história de ocupação desta área, que será melhor tratada no próximo item.

De modo geral, pode-se afirmar que o relevo insulano separa duas áreas características: uma de praias, que se estende desde o bairro da Freguesia até o da Ribeira e deste à Ponta do Galeão; e a segunda, abrigada dos ventos e das va-

gas, onde aparecem traços típicos de vegetação de mangue, constituída pelo Saco do Jequiá.

O maior adensamento de população na Ilha do Governador ocorre na porção Leste, coincidindo de certo modo com as zonas de povoamento mais antigas, que se localizavam quase exclusivamente nas praias, baixadas e vales próximos ao litoral insulano, onde foram encontradas condições mais favoráveis ao estabelecimento da vida humana, como o fato desta área ser caracterizada por um litoral arenoso de mais fácil atracação para as embarcações, diferentemente de outras áreas, como o litoral Oeste, que era marcado pela presença de faixas de manguezais e terrenos embrejados que dificultavam o desembarque e, em decorrência, qualquer tipo de intenção de fixar um núcleo de ocupação. Outro ponto que se deve destacar é que, em consequência da situação da Ilha do Governador em relação à entrada da Baía de Guanabara, os ventos de Sul e a brisa marítima incidem mais diretamente sobre esta parte Leste, amenizando, conseqüentemente, o clima, tendo sido isto provavelmente um dos fatores de atração para a fixação dos moradores iniciais. Portanto, pode-se observar nitidamente como o meio físico contribuiu para favorecer a ocupação da porção Leste da Ilha do Governador, em detrimento da porção a Oeste.

Porém, com o passar dos anos, a pressão para que a porção Oeste fosse ocupada fez com que ocorresse neste ponto uma série de aterros de grandes dimensões, que, inclusive, contaram com o material de colinas que sofreram desmonte nesta, o que serviu para deixar esta área mais propícia para a fixação das atividades humanas, fazendo com que a ilha “ganhasse”, aproximadamente, 1/4 de sua área atual, ao mesmo tempo em que destruiu toda uma significativa área de ecossistema de manguezal, contribuindo, desse modo, para a redução da produtividade biológica na Baía de Guanabara.

## UM PANORAMA DO PROCESSO DE MODIFICAÇÃO DO USO DO SOLO NA ILHA DO GOVERNADOR

Retomando a discussão sobre o processo de ocupação ocorrido na ilha, merece destaque o fato dos vales terem se constituído em verdadeiros caminhos de penetração nesta, sendo então aproveitados no traçado das estradas, dentro das quais começou a se estabelecer uma ocupação linear que evoluiu para centros individualizados (que viriam à formar os bairros), conquistando gradativamente as encostas. Cabe destacar que os núcleos populacionais somente tenderam para áreas urbanizadas quando as estradas de rodagem passaram a ter mais influência na Ilha do Governador. Vale lembrar que neste mesmo período da história da ilha, tais núcleos situados, principalmente próximos às praias, eram os que ficavam mais diretamente ligados às influências do continente, em virtude de comunicações serem realizadas através de transportes marítimos.

Torna-se importante destacar que a pesca foi um fator importante na ocupação inicial das praias, embora não represente valor ponderável na população atual, existindo na Ilha do Governador apenas uma colônia de pescadores, que está localizada no Saco do Jequiá, que vem sofrendo um gradativo processo de favelização desde a década de 1950.

Como comprovação da importância em termos imobiliários da inauguração da primeira ponte que ligou a ilha ao continente, basta mencionar que o advento desta obra representou para as companhias de loteamento interessados em investir na Ilha do Governador um verdadeiro marco entre uma época de estagnação, correspondente ao período da Segunda Guerra Mundial, quando o racionamento de combustível limitou o número de barcas, então o único transporte para o continente, e o surto de progresso que se evidenciou pelo número de obras que foram executadas na ilha. Tais terrenos corresponderiam, em sua maioria, aos bairros Jardim Ca-

rioca e Jardim Guanabara, abrangendo, portanto, uma extensa área no sentido Norte-Sul. Trata-se de uma zona que teve o seu processo de ocupação extremamente marcado pelas dificuldades ocasionadas pelas condições do relevo colinoso encontrado.

Esta porção acidentada da ilha teve, como mencionado anteriormente, uma urbanização cujo desenho expressa a concepção das “cidades jardins”, aproveitando muito de determinados aspectos do ambiente no traçado de seu arruamentos e quadras. Vale ressaltar que esta preocupação paisagística se justifica nas intenções econômicas, que são a de transformar esta porção num ponto atraente para a fixação de moradores de boa situação financeira. O bairro Jardim Guanabara, localizado nesta área, é um excelente exemplo de um local urbanizado com o objetivo de atender moradores de classe média alta, como realmente ocorreu.

Para se ter uma idéia da evolução da propriedade na Ilha do Governador, é interessante lembrar que o bairro Jardim Guanabara resultou de terras da antiga Fazenda da Conceição, cujo loteamento teve início a partir de 1926. Tal fato demonstra que até esta data, pelo menos, ainda existiam grandes propriedades de caráter rural. Vale salientar que antigamente costumava existir na ilha uma forte atividade agrícola nas terras mais aplainadas, cuja produção era enviada para o mercado do continente. No entanto, tais lavouras desapareceram com o surgimento das companhias imobiliárias e já em 1930 eram inexistentes nessas áreas visadas para loteamento.

A outra área em que a Ilha do Governador está dividida em termos de distribuição da população é a zona militar situada na porção Oeste, abrangendo uma área significativa da superfície da ilha resultante de aterros que tiveram entre seus objetivos criar espaço físico para os aeroportos, inaugurados em 1952 e 1977, respectivamente. Para explicar o processo de ocupação militar da Ilha do Governador, deve-se lembrar que a história da construção das primei-

ras vilas militares data da Segunda Guerra Mundial, sendo esta uma idéia de origem norte-americana. Acompanhando a construção das bases militares ocorria a edificação das vilas que atendiam as pessoas que trabalhavam nestas. No entanto, com o término da guerra, pretendeu-se ainda reduzir o tempo de deslocamento dos militares da casa para o trabalho. Com isso, a Ilha do Governador ganhou também uma vila militar da Aeronáutica, intensificando, assim, a ocupação de sua porção Oeste.

Após a criação do Ministério da Aeronáutica, a antiga Fazenda de São Bento foi desapropriada pelo governo em benefício deste. Assim, praticamente metade da Ilha do Governador passou a fazer parte do referido ministério. Em 14 de março de 1951, criou-se a Prefeitura de Aeronáutica, que ficou responsável em administrar todas as posses da referida instituição neste local.

Entre os anos de 1954 e 1958, a prefeitura não tem dados precisos, mais aparentemente as primeiras casas de soldados e oficiais foram levantadas na Travessa Oliveira, no bairro do Galeão. Ao longo da história de ocupação da porção oeste da Ilha do Governador, a zona militar teve o acréscimo de novas propriedades, que foram se unindo ao conglomerado até 1983 quando os blocos de apartamentos dos sargentos foram então construídos. Atualmente (dados de dezembro de 1984), o número de imóveis jurisdicionados pela Prefeitura de Aeronáutica totalizava 1.424.

Torna-se necessário frisar que as terras entre os vales e as áreas mais secas da porção Oeste eram os locais onde se verificava a maior exploração agrícola da Ilha do Governador, atividade esta que em termos de grande porte, como fazendas, já havia desaparecido desde 1930, como mencionado anteriormente, mas que em termos de pequeno porte sobreviveu até 1942, quando foram desapropriados os últimos sítiantes, que localizavam-se na estradas de Itacolomi e de Tubiacanga, dos quais muitos destes acabaram por

ficar radicados na própria porção Oeste da ilha, agora trabalhando na Base Aérea do Galeão.

Como se pode observar, o panorama da Ilha do Governador começou a se alterar drasticamente, tanto como resultado da penetração das companhias imobiliárias quanto da instalação da Base Aérea do Galeão, alteração esta que pôs um fim na exploração agrícola em toda a Ilha do Governador.

Nas últimas décadas do século XX, a industrialização, na qual também se inclui a indústria de construção civil, predomina na atividade econômica e de força de trabalho na Ilha do Governador. A pesca foi por muito tempo uma das atividades econômicas principais, porém, atualmente, detém parcela inexpressiva da economia insulana. Portanto, pode-se afirmar que a agricultura e a pesca cederam lugar a cerca de 40 indústrias de pequeno, médio e grande portes, destacando-se entre as grandes as de petroquímica, naval, ótica, farmacêutica e de plástico.

O setor industrial atualmente é um dos que mais emprega mão-de-obra, superado somente pelo de prestação de serviços, existindo um total de 5.289 estabelecimentos comerciais na ilha. Vale salientar que a industrialização inclui-se entre os fatores que promoveram o progresso da ilha, que, por sua vez, motivou a instalação de linhas de ônibus que, com a inauguração da ponte em 1949, começaram a circular os que ligam a ilha ao centro do município do Rio de Janeiro. A facilidade de circulação proporcionada por estas linhas incrementou o comércio, tendo em vista atender a movimentação dos trabalhadores que vêm de outras regiões e dos muitos que passaram a residir na própria ilha.

A ilha com o uso do solo predominantemente residencial (60.163 domicílios) também é uma área que apresenta comunidades carentes, distribuídas em 22 favelas e 4 loteamentos irregulares, totalizando um população de aproximadamente 50 mil moradores. Todavia, este é um número que pode não representar a realidade, pois o recenseamento em comunidades como

estas, tende a ser alvo de estimativas falhas expressando números inferiores aos verdadeiros. Esta discussão será retomada no próximo item, onde as condições de balneabilidade da orla e sua relação com o total da população serão abordadas como um indicador ambiental que reforça esta idéia.

A presença de comunidades carentes na ilha, constituindo uma parcela significativa da população local, “desmistifica” a visão que se tem de uma Ilha do Governador ocupada predominantemente pela classe média. A Renda Familiar Média (RFM) dos moradores da Ilha do Governador é de 6,2 salários mínimos (SM), porém ocorre uma certa disparidade nesse valor quando se realiza uma análise mais detalhada entre as localidades, pois é possível encontrar, por exemplo, no Jardim Guanabara uma RFM de 12,5 SM e em Pitangueiras uma RFM de 3,7 SM.

Os contrastes dentro da Ilha do Governador são bem visíveis, principalmente na questão dos serviços de responsabilidade do poder público. Observa-se nas localidades onde há um poder aquisitivo maior, uma melhor eficiência dos sistemas de infra-estrutura em detrimento das localidades que servem de residência aos moradores de baixa renda, deixando ainda mais grave a vida já tão precária destes.

Outro ponto que merece uma observação é que, até mesmo os “bairros nobres” como o Jardim Guanabara, são áreas que contam com comunidade carentes que vão em busca de locais que ofereçam melhores condições de serviços urbanos.

A exemplo de outros pontos da cidade do Rio de Janeiro, determinados locais ocupados por comunidades carentes na Ilha apresentam-se em áreas de riscos, sujeitas a desabamentos, deslizamentos e inundações. A situação ambiental de muitas dessas áreas pode ser caracterizada como danosa a seus moradores, por serem locais de elevada insalubridade, propícios ao aparecimento e proliferação de diversos tipos de doenças. Os principais pontos estão indicados no quadro

abaixo, sendo estas comunidades atendidas, geralmente, por medidas paliativas do Poder Público, existindo somente uma preocupação maior em áreas onde os interesses se mostram mais presentes, como é o caso do Parque Royal, cujas residências caracterizam-se por estarem sobre palafitas nas águas da baía, onde há um projeto que prevê a remoção destas visando à realização de obras paisagísticas neste trecho da orla, contando, inclusive, com a instalação de uma ciclovia. Portanto, nota-se que este projeto não propõe a melhoria da condição dos moradores do Parque Royal, mas sim a retirada destes em prol de um novo padrão estético que se quer dar à Ilha.

As mudanças que vêm ocorrendo no uso do solo ao longo da história, repercutem em diversos aspectos ambientais da ilha, não apenas no que se refere às condições naturais impostas ao processo de ocupação, mas também nas consequências das intervenções feitas no sítio. A ilha dispõe atualmente de áreas verdes constituídas, principalmente, por uma mata secundária e algumas manchas de remanescentes de Mata Atlântica nativa, que conseguiu se manter preservada do grande desmatamento que ocorreu na época da implantação das lavouras canavieiras. Estas áreas que conseguiram regenerar parte

de sua cobertura vegetal, permanecem “protegidas” por serem terrenos sob a tutela das Forças Armadas, o que também gera restrições à entrada de visitantes, privando a população insulana de mais uma opção de lazer.

As próprias praias apresentam-se com uma qualidade ambiental lastimável, devido ao processo de ocupação da ilha, onde a malha urbana cresceu velozmente após o início da década de 1950, sem a devida ampliação da infra-estrutura, principalmente da rede de esgotamento sanitário. Mesmo sendo considerada, pelo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, como Patrimônio do Município Sujeito à Proteção Ambiental, a orla da Ilha do Governador apresenta, nas águas que a banham, índices de coliformes fecais superiores ao valor máximo admitido pela Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente como sendo não prejudicial à saúde, que é de 1.000 NMP/100 ml (número mais provável de coliformes fecais em cada 100 ml de material coletado), chegando a alcançar em certas praias 12 vezes mais este valor, mantendo-se assim durante boa parte do ano.

Portanto, as praias, que tiveram uma grande importância na história da ocupação da Ilha, apresentam hoje um quadro ambiental deplorável. Com a preocupação de montar a visão que

#### ÁREAS DE RISCO EXISTENTES NA ILHA DO GOVERNADOR - 1989

BAIRRO	LOCAL	ACESSO	NATUREZA DO RISCO	TIPO DO USO
Pitangueiras	Morro N. S. das Graças	Rua Itauba e outros	Deslizamento	Favela
Bancários	Rua Max Yantock	o próprio logradouro	Deslizamento	Favela
Jardim Guanabara	Serra Morena	Rua Ipiru e outros	Deslizamento	Favela
Jardim Carioca	Guarabu	Rua Minas Gerais, 01 e outros	Desabamento e deslizamento	Favela
	Praia da Rosa e Sapucaia	Praia da Rosa, 23 e outros	Insalubridade e inundação	Favela
Tauá	Morro do Dendê	Estrada do Dendê, 211 e outros	Desabamento e deslizamento	Favela
	Parque Tauá	Rua Maestro Artur Tiscanini, 304	Deslizamento	Favela
Portuguesa	Parque Royal	Estrada de Tubiacanga, 52 (fds.)	Insalubridade e inundação	Favela

Fonte: Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro - 1993/1994.



os moradores da ilha têm de sua orla, em trabalho realizado anteriormente (RUSSO & OLIVEIRA, 1995) foi aplicado um modelo de questionário em moradores de bairros da porção Leste, sendo que, de um universo de 80 entrevistados, pôde-se constatar que 75% não freqüenta as praias insulanas e que os 25 % restantes que freqüentam efetivamente admitem que o banho de mar e o lazer nas faixas de areia não significam algo muito saudável, mas justificam a freqüência com o fato de terem grande preferência por este tipo de lazer. Também foi observado que 91,25% dos entrevistados qualificam as praias como a principal fonte de lazer da Ilha do Governador, enquanto 7,5% pensam que estas não traduzem todo o potencial de lazer que pode ser oferecido por esta e 1,25% se abstiveram. Tal constatação indica que boa parte da população insulana sofre pelo fato das praias da Ilha não apresentarem melhores condições ambientais, parcela esta que é obrigada a procurar recreação em praias oceânicas.

Graças à aplicação desse questionário, pôde-se saber também que cerca de 38,75% dos entrevistados contraíram ou conhecem alguém que possuiu algum tipo de doença de ordem dermatológica devido ao contato primário com as águas que banham as praias, 10% hepatite infecciosa e 5% outras doenças também de veiculação hídrica. Os 40% restantes afirmam que não freqüentam e não possuem amigos com o hábito de ir às praias da Ilha devido às condições em que se apresentam.

Todavia, existem propostas de melhoria de diversos serviços urbanos na Ilha do Governador. Estão sendo investidos cerca de R\$ 45 milhões em uma série de obras dos governos municipal e estadual. O Estado está investido R\$ 22 milhões em obras referentes ao Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, que ampliarão as redes de água e esgoto, visando a beneficiar, principalmente, as áreas onde reside a população mais carente, provocando, assim, uma porção na carga de efluentes contaminantes na orla.

No que diz respeito à Prefeitura, esta realizou gastos da ordem de R\$ 24,3 milhões em construção e reformas de estradas e em projetos como o RIO CIDADE e o RIO ORLA. Todas essas intervenções vêm resultando em mudanças no cenário de certos pontos da ilha, como a execução do RIO ORLA nas praias da Bica e da Engenhooca muito freqüentadas por banhistas, que contaram com a construção de um calçadão e a substituição dos velhos *traillers* por quiosques padronizados, melhorando esteticamente esses locais.

## A QUESTÃO POPULACIONAL DA ILHA DO GOVERNADOR

No local em estudo estão situados 14 bairros do município do Rio de Janeiro, onde se distribuem aproximadamente 200 mil habitantes, segundo órgãos estatísticos das esferas do poder público federal e estadual, ou cerca de 450 mil habitantes nas estimativas da XX R.A. A espacialização desta significativa população não é homogênea, ocorrendo uma concentração maior na porção Leste da Ilha em virtude do próprio histórico de ocupação desta área.

Através do marco de referência que é o ano de 1949, pôde-se constatar nos censos estatísticos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) o comportamento do crescimento populacional na Ilha do Governador. Da data de 1820, quando a Ilha do Governador possuía uma população de 1.625 habitantes, até o censo de 1920, a população da ilha não ultrapassava o número de 9 mil habitantes. Já no recenseamento de 1950, ano seguinte à inauguração da ponte, acusava uma população de 40 mil habitantes. Dez anos depois praticamente duplicou e já no censo de 1970 a população ultrapassava a marca de 100 mil habitantes. Segundo censo demográfico realizado em 1991 pela FIBGE, o número é de 197.024 habitantes. Este último dado fornecido pelo IBGE encontra-se semelhante ao adotado pela Prefeitura, que é de 199.238 habitantes. No entanto, há

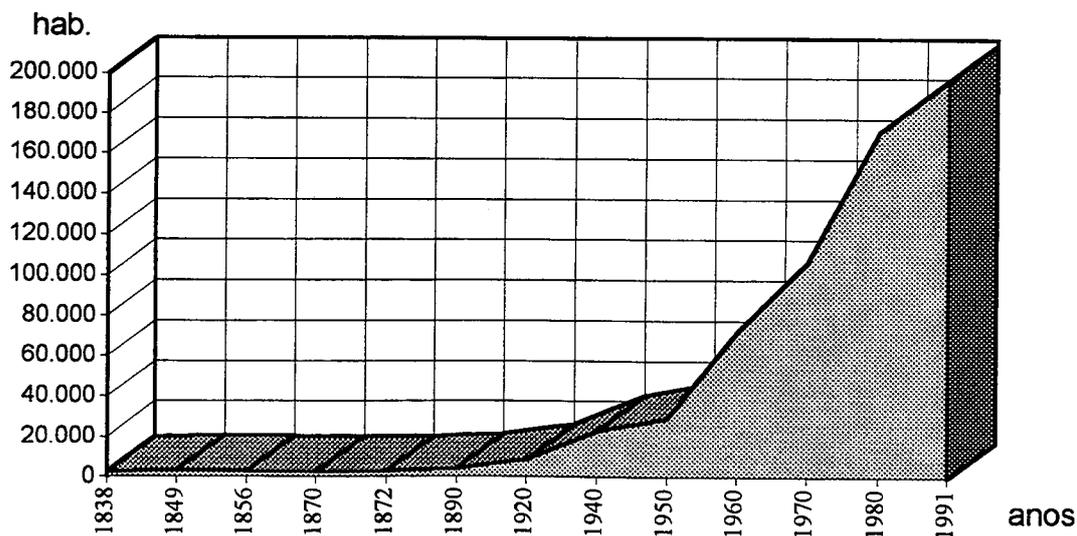
uma forte evidência de que estes dados fornecidos por tais órgãos na realidade não retratam de forma fidedigna o quadro demográfico da Ilha do Governador. Segundo informações colhidas na XX R. A. e na imprensa escrita, a população insulana estaria oscilando entre 450 e 500 mil habitantes, podendo isso ser comprovado com a utilização da situação ambiental da orla decorrente de determinados aspectos da infra-estrutura sanitária, como um indicador ambiental.

A principal evidência de que os valores fornecidos por tais órgãos apresentam-se de forma equivocada é o fato de que a Ilha do Governador vem sofrendo nessas duas últimas décadas com falta de infra-estrutura urbana adequada que suporte as necessidades da população insulana, sendo que o reflexo mais evidente disto é, como mencionado no item anterior, o sistema de esgotamento sanitário operante na Ilha do Governador, que se constitui em um excelente exemplo no que se refere à comprovação de que a sua

população não é de 200 mil habitantes, pois a rede de captação e a Estação de Tratamento de Esgoto da Ilha do Governador tem capacidade para tratar o esgoto doméstico de aproximadamente 200 mil habitantes. Portanto, se os dados fornecidos pelos governos federal e estadual fossem precisos, não se verificaria na ilha uma quantidade tão grande de lançamentos de esgotos domésticos *in natura* e semi-tratados na orla insulana, como consequência do despejo de efluentes contaminantes nas galerias de águas pluviais.

Mesmo que os órgãos oficiais estejam fornecendo números que representem a realidade, percebe-se, através da análise desses, que a população vem mantendo um certo crescimento, como pode ser verificado no gráfico abaixo elaborado com dados oficiais, onde o crescimento populacional acentua-se a partir da década de 1950, confirmando o quanto a ligação com o continente, através da primeira ponte, representou para o progresso de ocupação da ilha.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA ILHA DO GOVERNADOR



Fonte: Adaptado de IPANEMA, 1991.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo expõe somente as considerações de forma preliminar, pois o próprio objetivo deste é o de sintetizar uma pesquisa que será melhor trabalhada no decorrer de um curso de pós-graduação, visando à elaboração de uma dissertação de mestrado que retrate a Geografia deste rico local para estudo, enfocando sempre a relação Natureza X Sociedade.

Foi possível através desta pesquisa realizar inúmeras reflexões sobre como os processos de modificação da natureza vêm ocorrendo na Ilha do Governador, área cujas diversas características sócio-econômicas e ambientais transformaram num excelente "laboratório" onde podem ser encontrados aspectos também presentes na complexa paisagem da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara.

Torna-se necessário destacar que o presente trabalho teve o caráter de mostrar que as alterações antrópicas na área selecionada para estudo estiveram ligadas a determinados interesses econômicos ao longo da história, que quase sempre deixaram registrados na paisagem os seus comportamentos, muitas vezes predatórios do meio ambiente.

A principal consideração que se obteve é que a Ilha do Governador constitui não apenas uma paisagem, mas sim um conjunto dessas, onde cada uma possui características derivadas do momento histórico em que foi ocupada. Deve-se fazer a ressalva de que não se está dizendo que ilha é composta por porções "estanques", o que seria um absurdo, pois todas estão integradas por uma malha urbana que cada vez mais, através de diversas formas de intervenção no meio, tende a criar um cenário espacialmente mais homogêneo. Isto é somente uma especulação, que precisa ser melhor trabalhada. Porém, determinados aspectos são fatos, como a questão Ilha do Governador ser um complexo mosaico de paisagens, cujos respectivos meios foram sendo alterados para atender necessidades econômicas que eram determinantes em cada momento; e que essas

diversas formas de intervenção resultaram numa drástica mudança ambiental na ilha, local onde predominavam ecossistemas como manguezais e a Mata Atlântica e que agora sofre com problemas derivados de uma infra-estrutura deficitária, como o despejo constante de diversos efluentes contaminantes em sua orla.

Portanto, ficam como desafio para um futuro estudo: a realização de uma análise mais aprofundada sobre a Ilha do Governador, visando a regionalizar cada área dotada de um processo de ocupação peculiar, e relaciona-lá com o momento histórico e os respectivos interesses econômicos em questão; elaborar uma avaliação ambiental que monte um quadro de comparação entre os diversos cenários que a ilha vem apresentando até o presente, mostrando a repercussão ambiental das intervenções da sociedade no meio; e analisar os rumos que a Ilha do Governador irá tomar para o futuro, em termos de uso do solo.

## RESUMO

*Este artigo é a síntese das considerações obtidas durante quase três anos e meio de pesquisa, que visava a retratar as transformações ocasionadas no meio durante o processo de ocupação humana e crescimento da malha urbana na Ilha do Governador.*

*O referido estudo adotou como linha metodológica a análise histórica do processo de ocupação neste local, montando sempre um paralelo com as modificações sofridas em seus ambientes.*

*Os processos de transformação da natureza ocorridos na Ilha do Governador são reflexos dos que aconteceram e ainda estão em andamento em toda região da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara. Alterações que influenciam diretamente a qualidade de vida de seus habitantes.*

*Portanto, este trabalho realizou um balanço histórico das modificações no meio da*

*ilha, relacionando tais intervenções com as reais causas que as promoveram, que foram as questões econômicas determinantes de cada momento que caracterizou a ocupação do local.*

## **PALAVRAS-CHAVE** \_\_\_\_\_

*Processo de Ocupação; Intervenções no Ambiente; Expansão da Malha Urbana; Uso do Solo.*

## **ABSTRACT** \_\_\_\_\_

*This article is a synthesis of the considerations acquired in a research of three years and a half, which intended to show the changes that occurred in the environment during the process of human occupation and urban increase of Ilha do Governador.*

*The referred study adopted as a methodology a historical analysis of this place's process of settlement, always comparing it with modifications suffered by its surroundings.*

*The transformations of Ilha do Governador's nature are reflexes of those that happened and are still happening in all Baía de Guanabara's basin region. These alterations directly influence its inhabitant's life quality.*

*Therefore, this study showed a historical balance of modifications in this island's environment, connecting these interventions with the real causes that promoted them, which were the economic questions that determinates each moment of the occupation of this place.*

## **KEYWORDS** \_\_\_\_\_

*Process of Occupancy; Interventions in the Surroundings; Urban Increase; Use of Soil.*

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

AMADOR, Elmo da Silva. Baía de Guanabara: Um Balanço Histórico. In Abreu, Maurício de Almeida (org.), *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*, p. 201-258. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Divisão de Editoração, 1992. 352 p.

COELHO, Marcelo Santos. *A Emancipação Municipal como Luta Política: Análise de Experiências Recentes e o Caso da Ilha do Governador*. Rio de Janeiro: Monografia submetida ao corpo docente do Departamento de Geografia da UERJ como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, set/1994. 105 p.

GALHARDO, Adriana Paula da S.; GALLO, Karla Chagas & RUSSO, Paulo Roberto. Estudo dos Contrastes Sociais no Bairro da Ilha do Governador (Rio de Janeiro - RJ). *Boletim Gaúcho de Geografia*. Passo Fundo, n. 21, p. 143-144, 1996.

IPANEMA, Cybelle de. *História da Ilha do Governador*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Marcello de Ipanema, 1991, 260 p.

\_\_\_\_\_ *Indicador da Ilha do Governador I.*

Litoral, relevo e hidrografia. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Marcello de Ipanema, 1993. 125 p.

MONTENEGRO, Cláudia. "Ilha ganha melhor qualidade de vida". In *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 22/06/97.

RUSSO, Paulo Roberto & OLIVEIRA, Ivan Luiz de. Considerações finais sobre a avaliação sócio-ambiental da contaminação por esgoto sanitário na Baía de Guanabara: os casos das praias da Guanabara (Ilha do Governador - Rio de Janeiro - RJ) e das Pedrinhas (Boa Vista - São Gonçalo - RJ). *Anais do VI Simpósio de Geografia Física Aplicada*. Goiânia, vol. I, p. 236-241, 1995.

\_\_\_\_\_ & AMADOR, Elmo da Silva. O Processo de Apropriação e Modificação da Natureza na Baía de Guanabara: O Caso da Ilha do Governador (Rio de Janeiro - RJ). *Boletim Gaúcho de Geografia*. Passo Fundo, n. 21, p. 169-171, 1996.

STRAUCH, Lourdes M. M.. Distribuição da população na Ilha do Governador. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano XVII, n. 3, p. 301-325, jul/set. 1955.